

**PARTE 1**  
**ARTIGOS**



# A GRAMATICALIZAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DOS ENUNCIADOS

*Maria Helena de Moura Neves\**

## RESUMO

Levando em conta o princípio funcionalista básico de motivações em competição, que leva a escolhas funcionalmente motivadas, põe-se sob consideração o processo de gramaticalização, com vista, particularmente, às conjunções ditas subordinativas. Ressaltam as relações entre léxico e gramática, considerando-se, em especial, as alterações graduais de propriedades, verificáveis no funcionamento dos itens, nos diversos níveis da estruturação do enunciado. O exame dirige-se para as construções hipotáticas *lato sensu* condicionais, vistas no contínuo que vai da facticidade das relações condicionais (e causais) à negação da condicionalidade (e da causalidade), que é a concessividade, passando pelo misto condicional-concessivo. Pretende-se que o exame constitua uma ilustração do equilíbrio instável que caracteriza as gramáticas das línguas, vistas como sistemas em constante adaptação.

**Palavras-chave:** Construções hipotáticas; Conjunções subordinativas; Gramática Funcional.

Se há uma incursão funcionalista que se pode mostrar como evidentemente feliz é a que penetra a organização dos enunciados complexos para avaliá-los em diversos níveis (predicacional, proposicional e ilocucionário), sob diversos ângulos (informacional ou textual, interacional), e com incorporação de diversos componentes (sintático, semântico, pragmático).

A visão tradicional, fixada numa sintaxe de superfície, contenta-se em apresentar um conceito de subordinação que se resolve na proposição de uma oração principal que tem um (ou mais de um) de seus termos expresso em forma oracional (oração subordinada). Esse termo pode ser qualquer um dos que compõem a lista das chamadas funções sintáticas: sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemen-

---

\* Universidade Estadual de São Paulo, *campus* de Araraquara.

to nominal, predicativo, aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial. As seis primeiras funções configuram orações substantivas; as duas seguintes (adjunto adnominal e adjunto adverbial) configuram orações adjetivas e orações adverbiais, respectivamente.

Há algum tempo vêm os pesquisadores de orientação funcionalista (inclusive no Brasil) desenvolvendo estudos sobre os processos de constituição do enunciado, os quais mostram à exaustão que o rótulo **subordinação**, colocado pela tradição (e pela Nomenclatura Gramatical Brasileira) nesse grande bloco de construções complexas, não pode pretender-se configurador de um estatuto único para o bloco.

## A BASE TEÓRICA

Eu poderia resenhar um sem-número de propostas que dão base a essa visão:

- A partir de Halliday e Hasan (1976), a noção de que conjunção (ou junção) é processo textual (coesivo): é uma relação pela qual se especifica a conexão entre o que vem depois e o que vem antes (p. 227), conexão que abrange os mais diversos tipos de estruturação de superfície.
- A partir de Halliday (1985), a noção de que, na organização dos blocos enunciativos complexos, conjugam-se dois eixos, e a conjugação de ambos é que define as realizações. São eles:
  - a) o sistema tático, que diz respeito à interdependência entre os elementos, e que se resolve em parataxe (relação entre elementos de igual estatuto) e hipotaxe (relação entre elementos de diferente estatuto);
  - b) o sistema lógico-semântico, que se refere à relação entre os processos, desvinculada do modo de organização e de estruturação do enunciado, e que se resolve por uma expansão ou por uma projeção, relações que cumprem diverso papel semântico-funcional.

Apresenta-se, no Quadro 1, uma explicitação desse sistema, apenas na parte referente à expansão, que é a que aqui interessa.

- A partir de Dik (1989; 1997), a noção de que os termos (ou argumentos) compõem com o predicado a predicação nuclear, que é expandida por operadores (meios gramaticais) e por satélites (meios lexicais) de nível 1. Essa predicação (denominada **central**), por sua vez, é novamente expandida por operadores e por satélites, de nível 2. A predicação resultante (denominada **estendida**) recebe os satélites de nível 3 formando a proposição, que, afinal, é modificada pelos satélites de nível 4, que especificam o ato de fala. Em cada nível, pois, a estrutura núcleo fica no escopo dos satélites correspondentes. Desse modo, argumentos (que, nos enunciados complexos, corres-

### Quadro 1

#### Frases complexas

		Sistema tático → Interdependência		
		parataxe* (continuação)	hipotaxe***** (dominação)	
Sistema lógico-semântico	Expansão	elaboração =	• coordenadas assindéticas** • justapostas	• relativas explicativas
		extensão +	• coordenadas sindéticas*** (aditivas, alternativas, etc.)	• hipotáticas de adição
		realce x	• falsas coordenadas**** (conclusivas, etc.)	• adverbiais
	Projeção	-----		

\* Natureza da parataxe:

- ambas as orações são elementos livres (cada uma é um todo funcional);
- a segunda é que faz expansão (ordem fixa).

\*\* Eneárias e com mobilidade.

\*\*\* Binárias e sem / com pouca mobilidade.

\*\*\*\* Coordenação indicando circunstância (semelhante às adverbiais).

\*\*\*\*\* Natureza da hipotaxe:

- uma oração domina / modifica a outra (dependência);
- a dominante é livre, a dependente, não.

pondem às orações substantivas) e satélites (que correspondem às orações adverbiais) constituem elementos de natureza completamente diferente, que desempenham diferente papel na organização do enunciado: o termo, ou o argumento (e aqui falo das orações chamadas **substantivas**) já está na formação da predicação nuclear, e nela entra para desempenhar um papel semântico já determinado pela natureza do predicado, o que não ocorre com os satélites (e aqui falo das orações temporais, causais, condicionais, concessivas, etc.): os satélites são opcionais, incidem sobre a predicação já configurada (em qualquer dos níveis da predicação, seja no mais baixo, o da predicação nuclear, seja no nível expandido, o da predicação central), ou, ainda, em níveis superiores (o da proposição ou o da frase).

- A partir de Matthiessen e Thompson (1988), a noção de que a consideração do grau de interdependência das orações de um enunciado complexo (parataxe e hipotaxe de Halliday, 1985) tem de completar-se com a consideração das funções discursivas. Considerando especificamente (nos termos de Halliday, 1985) a hipotaxe (no eixo tático) e a expansão de realce (no eixo semântico-funcional), isto é, as construções com as chamadas orações adver-

biais, Matthiessen e Thompson propõem que a combinação de orações reflete a organização retórica do discurso: relações como as de causa, condição, concessão, etc. são relações retóricas que existem entre quaisquer partes de um texto, e que podem gramaticalizar-se na combinação de orações, seja na relação de listagem (o correspondente à parataxe:<sup>1</sup> nenhum membro é subordinado), seja na relação núcleo-satélite (o correspondente à hipotaxe: um membro do par é “ancilar” do outro, isto é, dependente do outro; é uma relação que envolve a noção de “satélite” e a noção de “escopo”).

- A partir de Lehman (1988), a noção de que as orações articuladas se colocam num *continuum* que vai de um grau máximo a um grau mínimo de autonomia sentencial, e, no reverso, de um grau máximo a um grau mínimo de integração sentencial. Esse *continuum* representa a hierarquia entre um grau extremo no estatuto de “sentença” (a coordenação), e um grau extremo de dessentencialização, aquele em que uma oração se torna um simples constituinte da outra oração (o encaixamento).<sup>2</sup> Entre os dois pólos, e num ponto intermediário do *continuum* é que se encontram as chamadas orações adverbiais (as hipotáticas de realce de Halliday), de tempo, de causa, de condição, de concessão, etc.

Mais sucintamente, acrescentarei outros grandes nomes ligados a esse tipo de investigações:

- Givón (1990), que também sugere um *continuum* na hierarquia de integração de orações, negando a existência de uma simples fronteira rígida entre coordenação e subordinação: entre outros postulados, estão o de que nenhuma oração é totalmente independente de seu contexto oracional imediato, e o de que existe uma relação icônica entre a integração das orações e a integração dos eventos.
- Longacre (1985), que, com motivação discursiva, viu as frases como feixes, semelhantemente aos parágrafos, mas feixes compactos, porque feixes de predicções, enquanto os parágrafos são feixes de frases; as relações são análogas, apenas os parágrafos são mais frouxos, mais difusos, com menos vínculos gramaticais evidentes. As frases têm um núcleo e margens que adornam esse núcleo, constituindo *slots* funcionais; são tipicamente as orações adverbiais. Para Thompson e Longacre (1985), sendo margens, essas orações são relevantes para a organização discursiva, atuando na coesão dos feixes superiores, que são os parágrafos.

---

<sup>1</sup> Tradicionalmente, a coordenação, a aposição e a citação.

<sup>2</sup> Nesse ponto, Lehman deve ser distinguido tanto de Halliday (1985) como de Matthiessen e Thompson (1988), porque abriga na “articulação de orações” também o encaixamento: incluem-se nela a coordenação (associação) e a subordinação (dependência), esta abrindo hipotaxe e encaixamento.

- Hopper e Traugott (1993), que também propõem um *continuum*, num percurso que vai da subordinação (dependência e encaixamento) à parataxe (não-dependência e não-encaixamento), passando pela hipotaxe (dependência, mas não-encaixamento), exatamente as adverbiais, de que aqui se trata.

## A ORGANIZAÇÃO DOS ENUNCIADOS E A GRAMATICALIZAÇÃO

Essas primeiras reflexões ajudam a preparar os fundamentos para a compreensão de um processo particularmente relevante na vida e na história das línguas, a gramaticalização, exatamente o processo pelo qual entidades da língua sofrem acomodação para obter uma organização de enunciados que reflita o complexo de relações existente na base.

Ora, é aqui que quero propor que o grande número de elementos conjuntivos no território da hipotaxe adverbial<sup>3</sup> constitui uma evidência de que as relações aí estabelecidas têm natureza muito diferente das que se estabelecem na subordinação estrita (representada pelas orações substantivas e pelas adjetivas restritivas).

A primeira fronteira poderia ser colocada exatamente nessa ordem de considerações: na língua não se formaram nem conjunções gramaticalizadas integrantes (o que seria um estágio mais recente) nem locuções conjuntivas integrantes, mas esses tipos de formações povoam o território da combinação de orações nucleares com orações adverbiais, o foco de exame neste estudo.

A origem desses elementos é facilmente explicada sobre a base das teorias funcionalistas que assentam a natureza de tais relações (algumas das quais revisei há pouco). Tomem-se, por exemplo, locuções conjuntivas de expressão causal, condicional e concessiva (na verdade, condicionais *lato sensu*, que formam um *continuum*, conforme Neves, 1999), e ver-se-á que elas estão distribuídas em três grandes grupos de bases (verbal, preposicional, e adverbial), seguidas de um “transpositor” (**que**), que define a locução como conjuntiva (ver Quadro 2).<sup>4</sup>

Como já apontei, todas essas bases – particípio, preposição e advérbio, na expressão das diversas circunstâncias – se prestam a fornecer elementos satélites, com escopo sobre a predicação – em seus diversos níveis – e não elementos nucleares formadores diretos de predicação. O particípio e a preposição são acionadores de

<sup>3</sup> Por coerência com a proposta, vou usar esse termo para referência às construções com as tradicionalmente denominadas **orações subordinadas adverbiais**.

<sup>4</sup> A história da língua mostra, por exemplo, que um **ainda que** representa a colocação da conjunção **que** para iniciar uma oração que se segue a outra terminada pelo advérbio **ainda**. (Said Ali, 1964).

**Quadro 2**  
**Bases das locuções conjuntivas adverbiais\***

	Base participial	Base preposicional	Base adverbial
<b>Causais</b>	visto que dado que	desde que por isso que por causa que	já que uma vez que tanto mais que
<b>Condicionais</b>	dado que	desde que sem que a menos que a não ser que contanto que	uma vez que
<b>Concessivas</b>	dado que posto que	por mais que por muito que por menos que apesar (de) que	ainda que mesmo que

\* Observações:

- Só constam formações que ainda mantêm a forma de locução. Lembrem-se, porém, formações já recategorizadas como conjunção, como **porquanto**, **conquanto**, **embora**.
- Como só estou examinando locuções (com um transpositor), não constam as conjunções que constituem gramaticalizações de bases nominais, como **caso**. A formação concessiva **mercê que** (base nominal + conjunção) não aparece porque está em desuso (documentada no século XIII: Barreto, 1999, p. 401).
- Só constam locuções com o transpositor **que**, mas não podem ser esquecidas formações como **visto como**, **ainda quando**, **exceto se**, **mesmo se**, em que o último elemento é uma conjunção mais marcada (causal, temporal ou condicional).
- Não se esqueça, ainda, a existência de uma formação como **não obstante** (de base verbal, e ainda sem transpositor (ex.: *não obstante predomine*).

funcionamento de satélites, e o advérbio, por sua vez, é, reconhecidamente, o protótipo desses satélites.<sup>5</sup>

De um ponto de vista lógico-semântico, facilmente se verifica o *continuum* em que essas construções se distribuem. Todas elas têm uma prótase (uma cláusula cujo valor de verdade determina o valor de verdade de outra) e uma apódose (a cláusula que expressa a conseqüência do preenchimento – ou não – da condição da prótase). A prótase abre sempre uma disjunção (**se fizer** implica a possibilidade de **se não fizer**), mas a resolução dela é diferente nos três tipos principais de construções *lato sensu* condicionais (ver Quadro 3).

Explicando

<sup>5</sup> Há, ainda, o caso de conjunções adverbiais formadas a partir de outra conjunção básica (que já é um introdutor de satélite): **se bem que** (**se bem**: contração, século XVII + conjunção concessiva **que**, por analogia), **pois que** (ex.: *pois que obraram com união*).

Quadro 3  
Relações *lato sensu* condicionais e *lato sensu* causais

Concessiva	Condicional	Causal
<p>EMBORA faça E EMBORA não faça</p>	<p>SE fizer OU SE não fizer</p>	<p>PORQUE faz</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• escolha irrelevante</li> <li>• relação causal negada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• relação causal proposta como base para escolha (vínculo causal hipotetizado)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• escolha já feita</li> <li>• relação causal afirmada</li> </ul>
<p>Condicional-concessiva MESMO SE fizer QUER faça QUER não faça POR MAIS QUE faça [= se E embora]</p>		<p>Condicional-causal SE/ DESDE QUE fez [= se E porque]</p>

- nas condicionais propriamente ditas, há dois disjuntos e um deles tem de ser escolhido (*se fizer* OU *se não fizer*);
- nas concessivas, essa escolha é irrelevante: o que se afirma na apódose independe do preenchimento de qualquer uma das condições (*embora faça* E *embora não faça*);
- nas causais, um dos disjuntos já é posto como escolhido, como condição preenchida (*se / desde que fez*).

Ora, o *continuum* vai mais além: as condicionais, por exemplo, ocupam um espaço que, de um lado, invade a área das concessivas, e, de outro lado, invade a área das causais. A observação desse fato permite verificar que a língua dispõe de mecanismos para marcar as diferentes relações, o que, no caso, se faz especialmente por torneios conjuncionais, isto é, por especificações nas locuções conjuntivas (além de – é óbvio – outros meios, como tempo e modo verbais). Assim, nas condicionais-concessivas:

- em *mesmo se fizer*, é a focalização da conjunção condicional *se* pelo *mesmo* que explicita a irrelevância da escolha das duas condições disjuntas;
- em *que quer faça quer não faça*, é a marca alternativa do elemento conjuntivo (*quer ... quer*) que explicita essa irrelevância;
- em *por mais que faça*, é a quantificação (*mais*), junto da preposição *por*, que cumpre esse papel: o que se diz, com essa quantificação, é que não importa o fato de o peso do que vem na prótase ser grande, porque, de qualquer modo, a condição é insuficiente para evitar a frustração da expectativa.

**Quadro 4**  
**Funções semânticas das locuções conjuntivas adverbiais**

	Conseqüência* / Conclusão	Tempo	Modo	Intensificação
<b>Causais</b>	dado que* visto que* por isso que por causa que	já que desde que*** uma vez que***	—	tanto mais que
<b>Condicionais</b>	dado que**	desde que**** uma vez que****	sem que	a menos que contanto que
<b>Concessivas</b>	dado que** posto que	ainda que	apesar(de)que***** mesmo que nem que	por mais que por muito que por menos que

\* Liga-se à telicidade do particípio passado.

\*\* A telicidade do particípio se “corrige” com o subjuntivo do verbo.

\*\*\* Liga-se à relação de *desde* e de *uma vez* a um ponto no passado.

\*\*\*\* Essa ligação com o passado se “corrige”: com o subjuntivo do verbo.

\*\*\*\*\* Em *apesar (de) que*, está em processo nova organização categorial: perda a autonomia morfológica de *pesar* (substantivo: *a pesar*), desaparece a função do *de*, introdutor do complemento do nome, restando apenas o transpositor *que*. É isso o que o usuário da língua, sem a mordada da normatividade, está executando.

Por outro lado, essas locuções têm de ser examinadas pelo aspecto funcional. Pode-se verificar que, ao transpositor *que*, que tem a responsabilidade de definir a categoria funcional (conjunção), juntou-se um elemento (ou um conjunto de elementos) de uma das diversas funções adverbiais, independentemente de, morfologicamente, tratar-se de base verbo, base preposição ou base advérbio.<sup>6</sup> (Ver Quadro 4)

Facilmente se pode verificar o processo de gramaticalização, operado a partir de bases típicas da função de satélite (particípio, preposição e advérbio), com valor semântico circunstancial. Ficam evidentes os diversos princípios que regem esse processo (Hopper, 1991). Por exemplo:

1. A persistência

⇒ **dado que, posto que, visto que** causais ⇒ mantêm-se a telicidade do particípio passado;

⇒ **apesar de que** ⇒ mantêm-se a regência do substantivo *pesar* (preposição *de*).

2. A descategorização

<sup>6</sup> Um caso interessante, que aqui deixo de examinar, é o das locuções concessivas com *quer*, que marcam disjunção: *como quer que, onde quer que, o que quer que, quem quer que* (estas duas últimas, pronominais). Nelas há o registro explícito daquilo que caracteriza a concessão: a escolha de qualquer um dos elementos disjuntos não influi no conteúdo da oração núcleo. Disso se tratará mais adiante.

⇒ **a pesar de** > **apesar de** ⇒ perdem-se, ou neutralizam-se, os marcadores morfológicos da categoria plena substantivo;

⇒ **já que** ⇒ já não há como ver um advérbio, no conjunto.<sup>7</sup>

### 3. A estratificação

⇒ **apesar de que** e **apesar que** ⇒ estão em uso em diferentes registros;

⇒ **por causa de que** e **por causa que** ⇒ estão em uso em diferentes registros.

### 4. A especialização

⇒ **apesar de que** ⇒ registro culto (estágio anterior);

⇒ **apesar que** ⇒ registro popular.

## CONCLUSÕES

O que tentei mostrar neste estudo foi, especialmente, que há evidências muito claras do diferente estatuto das relações mantidas entre uma oração adverbial e uma oração nuclear, em comparação com as relações instituídas entre uma oração tradicionalmente denominada **substantiva** e a sua oração matriz, na qual ela se integra. Procurei mostrar, também, que o exame das conjunções, e, particularmente, das locuções conjuntivas usadas para introduzir as orações satélites, é privilegiado para a verificação do estatuto de tais relações, já que só a natureza adverbial permite as formações conjuncionais de base verbal, adverbial e preposicional que se verificam na língua, e que, sob a ótica da gramaticalização, podem ser muito bem explicitadas.

## ABSTRACT

**T**aking into account the essential functionalist principle of competing motivations in the linguistic usage, the process of grammaticalization is considered, with focus on the so-called subordinate conjunctions. The relations between lexicon and grammar stand out, and special consideration is given to the gradual alterations of properties, which can be verified in the functioning of items, in the several levels of the utterance. The analysis aims at the hypotactic constructions which are *lato sensu* conditionals, seen in the continuum going from the factuality of causal and conditional relations to the negation of conditionality and causality (concessivity), also going through the conditional-concessive mix. The analysis should constitute an illustration of the unstable balance that characterizes language grammars, seen as systems inconstant adaptation.

<sup>7</sup> Veja-se a possibilidade de chegar a: *desque você não vai...*

## Referências bibliográficas

- BARRETO, T. M. **Gramaticalização das conjunções na história do português**. Salvador, 1999. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.
- DIK, S. C. **Theory of functional grammar**. Dordchet: Foris Publications, 1989.
- \_\_\_\_\_. **The theory of functional grammar**. Berlin: Walter de Gruyter, 1997.
- GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction**. v. II. Amsterdam: John Benjamins, 1990.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in english**. London: Longman, 1976.
- HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Eds.). **Approaches to grammaticalization**. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 17-35.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LEHMAN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Eds.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p.181-225.
- LONGACRE, R. E. Sentences as combinations of clauses. In: SHOPEN, T. (Ed.). **Language typology and syntactic description: complex constructions**. v. II. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 235-286.
- MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and “subordination”. In: HAIMAN, J.; THOMPSON S. A. (Eds.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 275-329.
- NEVES, M. H. M. As construções concessivas. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado: novos estudos**. v. VII. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999. p. 545.
- SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- THOMPSON, S. A.; LONGACRE, R. E. Adverbial clauses. In: SHOPEN, T. (Ed.). **Language typology and syntactic description: complex constructions**. v. II. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 171-234.